

## Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

**Despacho (extracto) n.º 2729/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 25 de Janeiro de 2005 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, ao abrigo do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

Licenciado José António Van Der Kellen a exercer funções dirigentes no cargo de chefe do Departamento de Pesquisa do SEF, de forma continuada, desde 16 de Janeiro de 2001 — nomeado, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 29.º e artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na categoria de inspector superior, nível 2, da carreira de investigação e fiscalização, em lugar a aditar automaticamente ao quadro de pessoal, a extinguir quando vagar. A presente nomeação produz efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Janeiro de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

**Despacho (extracto) n.º 2730/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 24 de Janeiro de 2005 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, ao abrigo do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

Licenciado Luís Filipe da Fonseca Quelhas, a exercer funções dirigentes no cargo de subdirector da Direcção Central de Fronteiras, responsável do posto de fronteira do Aeroporto de Lisboa, do SEF, de forma continuada, desde 16 de Janeiro de 2001 — nomeado, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 29.º e artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na categoria de inspector superior, nível 2, da carreira de investigação e fiscalização, em lugar a aditar automaticamente ao quadro de pessoal, a extinguir quando vagar. A presente nomeação produz efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Janeiro de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

**Despacho (extracto) n.º 2731/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 24 de Janeiro de 2005 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, ao abrigo do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

Licenciada Maria Isabel Gonçalves Baltazar, a exercer funções dirigentes no cargo de chefe do Departamento de Identificação e Peritagem Documental, do SEF, de forma continuada, desde 16 de Janeiro de 2001 — nomeada, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 29.º e do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na categoria de inspector superior, nível 2, da carreira de investigação e fiscalização, em lugar a aditar automaticamente ao quadro de pessoal, a extinguir quando vagar. A presente nomeação produz efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Janeiro de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Gabinete do Secretário de Estado da Administração Judiciária

**Despacho n.º 2732/2005 (2.ª série).** — Reconhecendo a importância e a crescente expansão da produção, disponibilização e actualização de bases de dados jurídicos e a necessidade de continuação do relevante projecto de informatização da jurisprudência dos tribunais superiores, o Secretário de Estado da Justiça, por despacho de 31 de Março de 2004 (despacho n.º 7546/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 16 de Abril de 2004), autorizou que, a título de contrapartida pela colaboração prestada em regime de acumulação, fosse paga, em prestações mensais, aos magistrados, judiciais e do Ministério Público, respectivamente designados pelos presidentes daqueles tribunais, a quantia proporcional correspondente

a  $\frac{1}{12}$  do respectivo vencimento anual, exceptuado o período de férias de um mês, sendo os encargos daí decorrentes suportados pelos orçamentos desses tribunais, ou pelas verbas dos cofres a eles consignadas.

Tendo-se suscitado dúvidas acerca da vigência do mencionado despacho para além de 31 de Dezembro de 2004, importa clarificar tal situação.

Assim, porque se impõe assegurar o desenvolvimento daquele projecto e, designadamente, a contínua actualização das bases de dados de jurisprudência dos tribunais superiores, prorroga-se a vigência do referido despacho n.º 7546/2004 (com excepção dos respectivos n.ºs 10 e 11), com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005 e até que se mantenham os pressupostos que lhe são subjacentes.

20 de Janeiro de 2005. — O Secretário de Estado da Administração Judiciária, *António Alberto Rodrigues Ribeiro*.

## Direcção-Geral da Administração da Justiça

### Aviso n.º 1089/2005 (2.ª série):

Engenheiro José Maria de Freitas, perito avaliador do distrito judicial de Lisboa — alterada a morada para Avenida de António Correia de Sá, 16, rés-do-chão, esquerdo, 2745-242 Queluz.

24 de Janeiro de 2005. — O Director de Serviços Jurídicos, *Luís Borges Freitas*.

### Aviso n.º 1090/2005 (2.ª série):

Arquitecta Isabel Margarida Pedrosa Gonçalves Macieira, perita avaliadora do distrito judicial de Lisboa — alterada a morada para Avenida de 5 de Outubro, 42, 5.º, esquerdo, 1050-057 Lisboa.

24 de Janeiro de 2005. — O Director de Serviços Jurídicos, *Luís Borges Freitas*.

### Aviso n.º 1091/2005 (2.ª série):

Engenheiro António de Azevedo Bártolo Ferreira de Matos, perito avaliador — excluído, por óbito, da lista de peritos avaliadores do distrito judicial de Lisboa.

24 de Janeiro de 2005. — O Director de Serviços Jurídicos, *Luís Borges Freitas*.

**Rectificação n.º 188/2005.** — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 199, de 24 de Agosto de 2004, a p. 12 803, o despacho de 3 de Agosto de 2004, rectifica-se que onde se lê:

«Carmina Maria de Jesus Antunes, escritvã de direito (escalão 6, índice 640) do Tribunal da Comarca do Cartaxo — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como secretária de justiça (escalão 2, índice 650) do mesmo Tribunal, no período de 2 de Janeiro a 30 de Abril de 2004.»

deve ler-se:

«Carmina Maria de Jesus Antunes, escritvã de direito (escalão 6, índice 640), do Tribunal da Comarca do Cartaxo — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como secretária de justiça (escalão 2, índice 650) do mesmo Tribunal, no período de 2 de Janeiro a 3 de Março de 2004.»

24 de Janeiro de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

## MINISTÉRIO DAS CIDADES, ADMINISTRAÇÃO LOCAL, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Secretaria-Geral

**Despacho n.º 2733/2005 (2.ª série).** — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, no uso de competências próprias e das que me foram delegadas e subdelegadas através do despacho n.º 24 521/2004, de 26 de Novembro, do Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, delego e subdelego na licenciada Maria Helena Martins